



Boletim Informativo ABCOC

Órgão Oficial de Divulgação da Associação
Brasileira dos Criadores de Ovinos Crioulos

Ano 2, Número 4 Agosto, 2003

Editorial – O quarto número de nosso Boletim Informativo tem início com a primeira parte de um estudo do Prof. Marcelo Cecim que certamente terá importante conseqüência para a Raça Ovina Crioula. Com base em oito de seus atributos zootécnicos, ele justifica o uso vantajoso de matrizes crioulas em cruzamentos terminais com vistas a produção de cordeiros de corte. Assim, ao posicionar a Ovelha Crioula como parceira das demais raças tipo carne, espera-se que tais argumentos sirvam de estímulo não somente para essa prática em nossas propriedades, o qual muitos já adotam, mas principalmente, no que diz respeito à inclusão da raça em delineamentos experimentais correspondentes por parte de nossas instituições de pesquisa.

No artigo seguinte, Clara Vaz e colaboradores relatam sobre o caminho percorrido ao longo do processo de reconhecimento oficial da Raça Ovina Crioula, recuperando assim parte de nossa história e estabelecendo as respectivas bases para ações semelhantes no futuro. Em continuidade, Luiz Christian Pötter discorre sobre as regras que regulamentarão as pontuações relativas ao “ranking” anual da raça, cuja contagem inicial está prevista ainda para este ano. Após, faz-se uma análise crítica do livro “A Cabra & a Ovelha no Brasil”, recentemente publicado, discutindo os pontos relativos à Ovelha Crioula, destacando-se aqueles conflitantes em relação a nossa história pregressa, e que poderão ter conseqüências futuras. Finalmente, uma nota sobre o início do trabalho de pesquisa dos biólogos Luiz Guilherme e Marcelo Mazzolli, nos traz esperanças no que tange ao conhecimento da complicada interação entre nossas ovelhas e o leão-baio na região serrana dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Diretoria ABCOC

**ABCOC – Associação
Brasileira dos Criadores
de Ovinos Crioulos**

DIRETORIA (2002-2003)

Presidente: Gilson R. P. Moreira;

Vice-Presidente: Volnei Merino;

Secretário: Clara M.S.L. Vaz;

Tesoureiro: Amandio Bueno;

Conselho Técnico: Clara M.S.L. Vaz, Marcelo Cecim, Otacílio S. da Motta;

Conselho Fiscal: João A. Bronzatto, Luis. L. Burmeister, Vicente Izquierdo Rujas;

Departamento Sócio-Cultural: João Brasil Fernandes, Volnei Merino, Luis Christian Potter;

Departamento de Divulgação: Marcelo Cecim, Amandio Bueno, Gilson R.P. Moreira

Boletim Informativo ABCOC

Com circulação entre os sócios da ABCOC, publica informações pertinentes à Ovelha Crioula. Artigos assinados pelos autores são de responsabilidade desses. Periodicidade: quadrimestral. Tiragem: 100 exemplares. Disponível também na Home Page da ABCOC.

Editores: Marcelo Cecim, Amandio Bueno, Cristine e Gilson Moreira (responsáveis)

Endereço p/correspondência:

Rua Rio Pardo, 409
Porto Alegre, RS 90520-430

Fones: (51)33627297 e
99117210

Email: gilson.moreira@ufrgs.br

Home page:
www.ovelhacrioula.hpg.com.br

**Raças maternas e
desenvolvimento ponderal de
cordeiros crioulos e suas
cruzas em sistema terminal
(Parte 1)**

Marcelo Cecim*

Esta é a primeira parte de uma análise sobre o cruzamento terminal para produção de cordeiros de corte, o potencial de uso da ovelha crioula neste sistema, e dados preliminares sobre o desempenho de cordeiros cruzados.

Com o incremento da lucratividade e modernização da agricultura, as áreas de terra dedicadas à exploração pecuária no estado tem sofrido uma constante diminuição nos últimos anos. Com redução do espaço destinado ao pastoreio em muitas propriedades, a cria, ou produção de terneiros de corte em áreas médias ou pequenas tem uma viabilidade econômica na melhor das hipóteses questionável. Ao mesmo tempo, o mercado consumidor do centro do país elege a carne de cordeiro como a mais nobre e mais “saudável” das carnes vermelhas. Com isso, a ovinocultura aparece hoje como uma atraente alternativa para áreas sem vocação agrícola ou sem espaço para a bovinocultura. A produção comercial de cordeiros está

*Professor da Universidade Federal de Santa Maria, RS

alicerçada em 2 pilares técnicos fundamentais: fertilidade e ganho de peso. No entanto, a viabilidade econômica do sistema depende do preço pago pelo cordeiro menos o custo de manutenção e reposição de matrizes, e do custo de terminação.

Infelizmente, no Brasil ainda existe a concepção de produção de carne ovina com animais de raças definida, cruzando-se ovelhas com carneiros da mesma raça. Assim, seja qual for a raça escolhida, o ganho de peso dos cordeiros é diretamente proporcional ao custo de manutenção da mãe. Em outras palavras, os cordeiros são mais pesados ao desmame, mas a exigência da mãe também é maior. Essa é uma estratégia válida na produção de lã, pois o maior rendimento de lã em um animal maior sempre paga o seu custo. Mas para produção de carne esta lucratividade é questionável. Certa vez, ouvi de uma das maiores autoridades na ovinocultura no país o seguinte comentário em alusão a migração da lã para a carne: "O criador mudou de raça mas não mudou de mentalidade, e hoje não tem nem carne nem lã". Em outras palavras, o uso de carneiros de raças carniceras em ovelhas pequenas e laneiras, produz uma F_1 fantástica, principalmente quando se calcula kg ovelha/kg de cordeiro. No entanto, com a absorção do genótipo carne, associada à não correção das lotações e não melhoria da alimentação vai gerar ovelhas grandes, que produzem lã de baixa qualidade e, por estarem com um padrão alimentar inferior às suas exigências, vão ter menor fertilidade e menor produção leiteira.

Na ovinocultura carne, agrupamos as diferentes raças em raças maternas, ou de base, raças intermediárias e raças terminais. O cruzamento dos extremos, também chamado cruzamento industrial, produz cordeiros, onde normalmente machos e fêmeas são terminados e abatidos. A reposição é feita a partir de animais da raça materna ou de um cruzamento de raças maternas. A grande vantagem do cruzamento terminal, é que o custo de manutenção da matriz é baixo, pois raças maternas são pequenas, e, o crescimento do cordeiro é muito rápido. Hoje no Brasil, 2 raças terminais são populares: Hampshire Down e Suffolk.

Uma outra possibilidade seria a utilização de raças intermediárias, com a manutenção das fêmeas para reposição e terminação apenas dos machos. O cruzamento em si é mais simples, como se vê em bovinocultura, mas tem a desvantagem de manutenção de

uma fêmea mais pesada e mais exigente no campo. As raças Ile de France e Texel são exemplos de excelentes raças intermediárias para a produção de carne.

Até aqui discutimos somente raças paternas. Quando se compra um carneiro para produção de carne se pensa primeiramente no crescimento e peso de carcaça de seus filhos. E suas filhas? Será que serão também as melhores matrizes? Frequentemente, sou questionado sobre isso. Ovinos tem intervalo de geração muito curto, e reposição de plantel percentualmente inferior que em bovinos. Por isso, o cruzamento terminal é mais fácil de ser mantido nesta espécie. E qual seria a melhor raça materna para um cruzamento terminal ou rotacionado? Em primeiro lugar, não acredito que exista a “melhor raça”. A expressão da genética racial depende de ambiente, alimentação, saúde e objetivo de produção (carne, leite ou lã). Mas existem sim características básicas para uma boa raça ou cruzamento materno. Estas são algumas que considero: 1) **Precocidade** - possibilidade de cobertura das cordeiras com 5-7 meses; 2) **Tamanho** - médio ou pequeno, pois isso se traduz em baixo custo de manutenção e recuperação pós-desmame; 3) **Habilidade Materna** - neste caso, ter cuidado e proteger o cordeiro; 4) **Produção leiteira** - condição de, a campo, prover ganho máximo para cordeiros com exigências maiores do que àquelas da raça materna; 5) **Longevidade** – o custo de reposição deverá cair a medida que o tempo em produção aumentar; 6) **Baixa sazonalidade** – ter a capacidade de entrar em cio e conceber em todos os meses do ano. Esta característica é de extrema importância, pois a estacionalidade ligada à produção de cordeiros é um dos maiores problemas para se manter fornecimento constante de animais para abate; 7) **Resistência à Verminose** - os problemas com a verminose aumentam muito nas fêmeas paridas, devido ao estímulo causado na reprodução dos vermes estomacais pelos hormônios que controlam a lactação na ovelha, e com isso, a produção leiteira e o ganho de peso do cordeiro podem diminuir; 8) **Adaptação ao Meio** – talvez, a principal característica materna, pois esta terá efeito marcante sobre todas as demais.

Baseado nestes parâmetros, a raça crioula mostra um enorme potencial para uso como matriz (bicross) ou como parte de um cruzamento materno (tricross) em um sistema terminal de produção de carne. A segunda parte deste artigo mostrará dados de peso ao nascer, ganho de peso, rendimento de carcaça e relação peso materno: peso de carcaça com abate ao desmame e após terminação.

O registro de uma raça: da ovelha crioula à homologação da Raça Ovina Crioula

Clara M.S.L.Vaz¹
Gilson R.P. Moreira²
Jane E.M.de A. Caon³

Poucos conhecem a história transcorrida desde os primeiros trabalhos até o reconhecimento da raça Ovina Crioula. O registro de uma raça não é tão simples como parece. No nosso caso, muitas propostas foram enviadas neste sentido ao Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento (MAPA), pela Embrapa, até que todas as instituições interessadas conduzissem o processo, em conjunto. Ao nosso ver, o encaminhamento, organizado desta forma, com a cooperação mútua das diversas instituições interessadas, foi fundamental para sensibilizar as autoridades correspondentes, quanto ao mérito da iniciativa (principalmente quanto à aptidão da raça), bem como para satisfazer os requisitos previstos na legislação¹ relativa ao reconhecimento de raças autóctones brasileiras.

O passo inicial foi a avaliação produtiva dos animais, obtida através de dados coletados durante 19 anos pela Embrapa Pecuária Sul (desde 1982), bem como a caracterização morfológica de aproximadamente 4000 animais do Rio Grande do

¹Pesquisadora da Embrapa Pecuária Sul; ²Professor do Departamento de Zoologia da UFRGS; ³Professora da Escola Técnica da UFRGS.

Sul e de Santa Catarina. Em adição, os criadores cadastrados, em número de 23, participaram do acompanhamento e da avaliação de seus rebanhos, além de responderem a um questionário para avaliação dos aspectos sócio-econômico e do uso da ovelha crioula.

Alguns anos após, com a criação da ABCOC (1999) e a organização dos criadores, foi dado uma nova dimensão para o registro. Deste período até a sua homologação, transcorreram dois anos de intensas atividades. Para isso, destaca-se a formação de duas comissões técnicas. A primeira, para elaborar o padrão racial, com representantes da ABCOC, ARCO e Embrapa - respectivamente, Gilson Rudinei Pires Moreira, Francisco Perelló Medeiros e Clara Marineli Silveira Luiz Vaz, com base na revisão de literatura e estudos da morfologia de 1832 ovinos crioulos de diferentes criatórios, parceiros da Embrapa Pecuária Sul. O padrão correspondente, relação dos rebanhos e criadores, ata de fundação e estatutos da ABCOC, bem como farto número de fotografias a respeito, resultaram num processo² submetido pela ABCOC ao MAPA, em 2000, solicitando o reconhecimento oficial da raça. Tal iniciativa foi apoiada pessoalmente, por diretores ou representantes de diversas entidades do setor rural do RS, em audiência³ concedida à Diretoria da ABCOC pelo Senhor Ministro da Agricultura e do Abastecimento, na época, Marcus Vinicius Pratini de Moraes.

Assim, a segunda comissão, requerida pelo Departamento de Fiscalização e Fomento da Produção Animal do MAPA (Ofício 156/2000) objetivou verificar "in loco" as características raciais, o efetivo populacional do rebanho e a sua importância econômica em propriedades, sorteadas ao acaso (Rio Grande do Sul e Santa Catarina), para emitir o relatório conclusivo para aprovação da Raça Ovina Crioula e a respectiva abertura do Livro de Registro Genealógico. Esta foi composta pelo diretor técnico da ARCO, Francisco Perelló Medeiros, pela pesquisadora e curadora do Banco de Germoplasma de Ovelha Crioula Lanada da Embrapa, Clara Marineli Silveira Luiz Vaz e técnicos da Delegacia do MAPA / RS, Geanete Hernandorena Gigena e Roberto Vittola. A ABCOC, embora tenha sido convidada a participar, declinou, por questões éticas, visto que constituía-se oficialmente na Instituição solicitante

de tal reconhecimento. O parecer técnico emitido através do relatório conclusivo desta comissão foi assim resumido, o que evidencia a importância produtiva da raça ovina Crioula:

“À observação, os rebanhos apresentaram boa definição racial, o que é evidenciado desde o nascimento das crias; capacidade reprodutiva, elevado índice de natalidade e de sobrevivência, haja visto a ocorrência de, no mínimo, um cordeiro para cada ovelha vistoriada, o que atesta a rusticidade da raça.

Encontramos um sistema de produção com venda anual de cordeiros, nas idades de quatro a seis meses, sendo a carne e a pele comercializadas mediante contrato prévio para nichos de mercado. Nesse sistema, os carneiros permanecem no rebanho todo ano, sendo comum as ovelhas produzirem dois partos anuais. Esse manejo é adotado pela maioria dos criadores do norte do Rio Grande do Sul, que mantêm os cordeiros de abate ao abrigo do sol, em currais dentro das matas de encostas, o que garante a produção de pelegos e velos com cor preta, em tons acentuados, para atender demandas do artesanato.”

Com base neste parecer, e considerando o processo correspondente como “devidamente instruído”, a portaria⁴ de reconhecimento da raça foi assinada e finalmente publicada no Diário Oficial da União, em 2001, que em resumo, resolve:

“Art. 1º Reconhecer como raça os ovinos do ecótipo Crioulo.

Art. 2º Conceder autorização à Associação Brasileira de Criadores de Ovinos – ARCO, ... para efetuar o registro genealógico do ovino Crioulo...”

Dessa forma, o processo completo, do resgate dos rebanhos remanescentes ao reconhecimento oficial da Raça Ovina Crioula, se estendeu por aproximadamente 20 anos. Está nele contido, direta ou indiretamente, o trabalho persistente de diversos ovinocultores, técnicos e administradores do setor público e privado, e de entidades associativas do setor rural, governamentais ou não. Dentre os primeiros, situam-se Danilo Pombo, João Silveira Luiz e Maurício Costa (RS), e Antônio Camargo (SC), que forneceram os primeiros animais para a implantação do núcleo de criação da Embrapa Pecuária Sul. Cabe lembrar, porém, que a ARCO iniciou o Registro Genealógico Brasileiro correspondente com animais cujos pais não tinham sido por ela identificados/tatuados (RGBbase), o que não poderia ser diferente.

Dessa forma, a Raça encontra-se ainda em fase de formação, com acréscimo numérico progressivo dos rebanhos acompanhados. Alguns destes já possuem animais de origem conhecida por três gerações (RGB₃), com vistas ao recebimento futuro (5ª geração acompanhada) do status puro de origem (PO).

¹ A legislação sobre o registro genealógico de animais domésticos em todo o território nacional tem como base a Lei No. 4.716, de 29 de junho de 1965 e, o Decreto No. 58.984, de 3 de agosto de 1966;

² O processo foi protocolado na Delegacia Federal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, em Porto Alegre, em 27 de junho de 2000, recebendo o número 21042.002644/2000-24 e o título "Formação da raça de ovinos crioulos". Ao final, quando da elaboração de Minuta da Portaria pela Consultoria Jurídica do MAPA, em Brasília, contava com 58 folhas rubricadas, conforme cópia existente nos arquivos da ABCOC;

³ A audiência ocorreu no Parque Assis Brasil, em Esteio, no dia 2 de setembro de 2000, por ocasião da Expointer. Nela estiveram presentes, dentre outros, além da Diretoria da ABCOC: Carlos Rivacci Sperotto, Hermes Ribeiro de Souza e Armando Garcia de Garcia (FARSUL), Afonso Ham (MAPA), Tairo Batista Pires Teixeira (ARCO) e Joal José Brasale Leal (EMBRAPA);

⁴ A portaria correspondente do Ministério da Agricultura e do Abastecimento recebeu o número 38 e foi assinada por Pratini de Moraes em 10 de janeiro de 2001.

Controle de pontuação para o Ranking da raça

Luiz Christian Pötter

Através de deliberação da atual diretoria da ABCOC, restou estabelecido o controle de pontuação dos julgamentos da Raça Ovina Crioula nos principais eventos em que a mesma venha a participar, visando à publicação do Ranking, em duas tabelas distintas, cuja soma do total de pontos dos animais premiados deverá ser considerada por criador e por expositor, respectivamente. Como requisitos básicos, a fim de permitir a contagem da pontuação para cada uma das tabelas acima mencionadas, deverão ser considerados os seguintes critérios: (1) a soma de pontos nos quatro eventos de maior importância em que a raça se fizer presente; (2) a participação de no mínimo três criadores em cada um dos eventos; (3) o total de pelo menos 06 pontos por criador e/ou expositor que o possibilitem concorrer na

classificação do Ranking anual, independentemente do número de animais e/ou eventos que venha a participar; (4) o controle em separado dos pontos como expositor e como criador (o expositor que obtiver a pontuação no julgamento com animal de sua criação automaticamente terá aquela pontuação considerada para concorrer como criador).

O início da contagem das pontuações deverá ser imediatamente após cada Expointer e, em consequência, seu término será sempre no final da Expointer do próximo ano. Dessa forma, em 2003, o primeiro evento a ser considerado será a 3ª Exposição Nacional da Raça, a realizar-se em Canguçu, RS, no mês de novembro. A publicação oficial dos quatro primeiros classificados, para cada uma das categorias (criador/expositor), deverá ser por ocasião do último boletim de cada ano.

Como há a probabilidade da divisão futura dos julgamentos por diversidade das variedades existentes na Raça (exemplo fronteira/serrana), a partir do momento em que forem julgadas em separado, o Ranking deverá ser dividido em quatro tabelas distintas: criador da variedade da fronteira - criador da variedade serrana - expositor da variedade fronteira - e, expositor da variedade serrana.

Para efeitos de pontuação, deverão ser consideradas as seguintes colocações, em separado para machos e fêmeas, para cada categoria (expositor / criador) nos eventos abaixo relacionados:

1) EXPOINTER

Grande Campeão/Campeã - 05 pontos;
Reservado de Grande Campeão/Campeã - 03 pontos.

2) NACIONAL DA RAÇA

Grande Campeão/Campeã - 03 pontos;
Reservado de Grande Campeão/Campeã - 02 pontos;
Campeão/Campeã SO - 01 ponto.

3) FEOVELHA

Grande Campeão/Campeã - 03 pontos;
Reservado de Grande Campeão/Campeã - 02 pontos;
Campeão/Campeã SO - 01 ponto.

4) FENOVINOS

Grande Campeão/Campeã - 03 pontos;
Reservado de Grande Campeão/Campeã - 02 pontos;
Campeão/Campeã SO - 01 ponto.

A Cabra e a Ovelha no Brasil: uma revisão crítica

Gilson R.P. Moreira

O livro de autoria de Rinaldo dos Santos, recentemente publicado com o título *A Cabra & a Ovelha no Brasil*¹¹, encontra-se organizado em partes: 1) *A Cabra & a Ovelha na História da Humanidade*; 2) *Os Caprinos no Brasil*; 3) *Os Ovinos no Brasil*; 4) *A criação no mundo tropical – reflexões para o moderno pecuarista*; 5) *Os Centros de Pesquisas de Caprinos & Ovinos*. As referentes aos caprinos e ovinos no Brasil estão divididas em dois capítulos; o primeiro diz respeito à história destes e, o segundo, contém descrições de cada uma das raças consolidadas e outras tidas como ecótipos, ainda não reconhecidos oficialmente. Ao final, apresenta ainda uma seção denominada *Informações úteis*, com endereços de Associações de Criadores de Caprinos e Ovinos no Brasil e Universidades, bem como daquelas situadas no exterior. Encerra com uma lista de referências bibliográficas e um Índice Geral. Ao longo do texto, são feitas inserções correspondentes a páginas inteiras contendo anúncios relativos à área rural, de alta qualidade, cujos patrocinadores são listados ao início do livro, antes do prefácio. Mesmo com um preço relativamente elevado (R\$100,00), visto contar com muitos patrocinadores, recomendamos sua aquisição, dada a escassez de referências na área no Brasil.

A obra, tida pelo próprio autor como sendo “... *mais um ensaio do que um trabalho científico*” (p.6), teria tudo para tornar-se um marco na ovino-caprinocultura brasileira. Primeiro, por enfatizar os ecótipos nacionais, tão importantes, porém em sua maioria esquecidos em nossa história zootécnica. Sem dúvida, no nosso ponto de vista, este é o grande mérito do livro. Segundo, pela exaustiva e bem sucedida caracterização fotográfica dos animais (fotos coloridas de alta definição, organizadas em pranchas, cobrindo páginas inteiras), associada à alta qualidade de editoração (impresso em papel brilhante, capa dura, tamanho aproximado do espelho de 17 x 23cm, organizado em colunas duplas ou triplas). Entretanto, pelo menos no que tange à *Ovelha Crioula*, apresenta distorções no texto, e/ou questões ainda em aberto, que necessitam ser levadas em conta em edições futuras,

e que, por ordem de importância, passamos a comentar de forma construtiva, a título de contribuição.

Ao contrário do exposto (diversas páginas), na portaria de reconhecimento da Raça Ovina Crioula pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento¹² não há nem mesmo subdivisão em variedades desta. Rebanhos das supostas variedades Inderal, Zebu e Cocorobó não foram vistoriados pela comissão que elaborou o parecer final, conforme consta no relatório correspondente (Processo No. 21042.002644/2000-24), cujas vistorias restringiram-se ao estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e, às variedades Fronteira e Serrana. Ainda, desconhecemos a existência de núcleos representativos das outras variedades, em qualquer tempo, no Banco de Germoplasma mantido pela Embrapa Pecuária Sul, a qual é mencionada no texto (p.216). Em consequência, é prematura a proposição do autor em considerar tais variedades como raças diferentes. Não dispomos ainda de dados com base cientificamente sólida que permitam diferenciá-las com segurança, principalmente do ponto de vista genotípico. Os padrões fenotípicos correspondentes propostos pelo autor para as supostas novas raças, que são na verdade em parte idênticos aos da publicação original¹³, sem citar fontes, não apresentam caracteres diferenciais expressivos que venham a preencher tal lacuna. Pelo contrário, se sobrepõem, e as vezes são contraditórios ou imprecisos. Por exemplo, ao justificar o Aspecto Geral da ovelha de Cocorobó, como uma raça distinta (p.210): “... *Pode ser lanado ou deslanado, baixo ou alto, ora se enquadrando em uma ou outra raça ...*”; e, em contraste, caracterizando em tais aspectos o Corpo apenas por “... *Pêlos curtos e grossos. Caixa corporal possante ...*”. Em adição, surpreendentemente afirma que “*Na verdade, os animais Cocorobó não constituem um grupamento racial, mas apenas um grupamento tipológico, ou seja, um conjunto de indivíduos que apresentam quatro ou mais chifres, não importando qual o aspecto da raça originária*”. Mesmo em caso da existência de pequenas diferenças fenotípicas (o que caracterizaria variedades) estáveis dentre poucos rebanhos, com história pregressa conhecida e diferente da relatada pelo autor (ou seja, ter origem racial comum), considerá-las como raças independentes seria ainda indesejável em termos práticos. Ou seja, alguns dos

naturalmente poucos ovinocultores que geralmente se interessam em registrar tais rebanhos poderiam ser excluídos por esses critérios, comprometendo ainda mais aqueles pretensos ecótipos que por si encontram-se em número reduzido (ex. Inderal e Zebu). Isto é atestado pelo próprio autor ao afirmar que “... o objetivo é servir sempre, como estímulo ao criador e às raças e não como um instrumento de desestímulo. Padrão flexível significa progresso; padrão rigoroso significa retrocesso!” (p.8). Foi dentro deste espírito, não excludente, porém com clareza e precisão, que o Padrão da Raça Ovina Crioula foi proposto e aceito pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento, e publicado em nosso primeiro Boletim Informativo¹³. Conseguir sua aprovação, e o reconhecimento oficial da raça, constituiu-se em lógico, porém longo e árduo processo, tendo como base a participação em consenso das instituições envolvidas¹². Alterar o padrão é possível, e esperado no futuro, porém significará antes de tudo, ter a concordância dos criadores representados pela sua Associação, a qual deverá tomar tal iniciativa e que no caso em apreço não foi consultada. Logicamente, após tal aprovação, deverá também ouvir e ter a concordância das demais partes envolvidas no processo. Cabe aqui salientar que de nossa parte não há a menor intenção em eliminar a existência de tais variedades, o que seria cultural, biológica e economicamente indesejável, mas sim incentivá-la, podendo inclusive vir no futuro a julgá-las em separado¹⁰.

Desconhecemos o que autor quer dizer ao descrever a Situação de cada variedade, de forma repetida (diversas páginas): “... Calcula-se que existam cerca de ... cabeças classificáveis como “puras de origem” (PO), as quais são aptas para receberem um Certificado de Fundação. Depois de reunidos ... animais com Certificado de Fundação, poderá ser homologado um Livro de Registro Genealógico, ...” Primeiro, porque acreditamos ser inconcebível a priori considerar como Puros de Origem animais com origem desconhecida. O correto, ao nosso ver, e que está sendo feito¹², seria acompanhá-los por algumas gerações (mínimo de cinco). Os descendentes, dentro do Registro Genealógico Brasileiro (RGB), seriam considerados em série numérica, como Puros por Cruza com Origem Conhecida a partir da F₁, até chegar

aqueles com status de Puros de Origem. Segundo, pelo fato de que o Livro de Registro Genealógico da Raça Ovina Crioula já se encontra aberto pela ARCO desde 2001, contando hoje com um número considerável de rebanhos afiliados. Esta tradicional Instituição, detentora oficial do Controle Genealógico correspondente, tem sido, juntamente com a Embrapa, com entusiasmo e eficiência, nossa parceira na formação da Raça Ovina Crioula, desde os primórdios de seu reconhecimento. Ou seja, a ABCOC, cuja grafia por extenso encontra-se incompleta na página 459, e que foi fundada em 1999⁷ e não em 2001 (diversas páginas), não deve concordar, caso esteja sendo proposto um caminho alternativo para tal, porque seria no mínimo um retrocesso.

No contexto do conhecimento incipiente sobre os graus de parentesco da nossa Ovelha Crioula com as demais, são frágeis as afirmações do autor em relação à origem de cada uma de suas variedades (diversas páginas e fotografias associadas). O único estudo intensivo concluído a respeito, que apontou elevado grau de parentesco com a Raça Lacha, foi desenvolvido no Departamento de Genética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul³, e não pela Embrapa Pecuária Sul (p.216), mas sim em parceria com esta Instituição, com um grupo de animais estritamente da variedade Fronteira. Vejam que anteriormente a este estudo, acreditava-se que em tal caso fosse a Churra, sentido amplo^{2,3,6}, a qual representa hoje um grupo de raças que engloba a Lacha. A origem direta das demais variedades em relação a qualquer raça européia vivente e em específico com algumas raças britânicas (ex. Manx Loaghtan, Hebridean e Jacob), pelo fato de que também apresentam policerismo (mais de dois chifres), requer cuidado. Da mesma forma, em relação à Scottish Blackface, a qual afirma, a semelhança, ter sido introduzida no século passado na Argentina e Uruguai (p.216). Ovelhas apresentando componentes fenotípicos dessas raças, conhecidas como “criollas”, “pampas” ou “chilenas”, já eram abundantes há tempo na própria Argentina, onde teriam aparecido ao final do Século XVIII, sendo as últimas políceras e supostamente de origem berberisca ou síria⁵. No Rio Grande do Sul, os primeiros registros de introdução de ovelhas dizem respeito aos jesuítas em 1634⁹. A ovinocultura embora de

importância secundária, restrita à minoria das propriedades e relativa a pequenos rebanhos, localizados naquelas de grande porte, representou uma atividade agropastoril estável e contínua desde a fundação do Rio Grande de São Pedro, perdurando assim pelo menos até o fim do período colonial⁸. Os rebanhos dessa época eram crioulos, tendo assim permanecido em maioria até o início do século XX⁴. Ao cavalgar pelo pouco habitado extremo oeste, próximo a São Borja, em 1858, o célebre viajante alemão Avé-Lallemant¹ já nos relatava, ao chegar à casa de um tal Manuel Português: “... *Tínhamos na frente uma estância pequena, mas cuidadosamente conservada. Numerosos rebanhos reunidos na vizinhança. Perto da casa, encurralados, rebanhos de ovelhas, entre as quais andavam carneiros de quatro chifres de vigorosa aparência*”. Este testemunho inédito, em associação às demais informações, constitui-se em forte indicativo de que o estoque original da Raça Ovina Crioula, incluindo mesmo os genes do policerismo, seja anterior às introduções referidas pelo autor; num período no qual o Capítulo de seu Livro sobre “A História dos Ovinos no Brasil” nem mesmo cobre, já que cronologicamente começa em 1859 (p.170). Isto não quer dizer que não possa haver um grau de parentesco correspondente, e mesmo uma origem comum (em passado mais distante) não pode ser descartada a priori (de onde teriam se originado tais raças européias?).

A linguagem adotada é destoante, contrastando com a visão do próprio autor expressa no livro, ao qualificar atualmente o nome crioulo como “... *pejorativo, ... animal grosseiro, ... pouco lucrativo* ... (p.215). Entendemos uma raça crioula como sinônimo de autóctone, nativa ou indígena⁶. Apenas como exemplos de histórias pregressas análogas, de ampla aceitação e sucesso zootécnico, lucrativas nos dias de hoje, citamos o equino Crioulo, o bovino Caracu e o ovino Santa Inês. Por outro lado, não podemos concordar com o nome Crioula Gaúcha, para a variedade Fronteira. A Ovelha Crioula não pertence somente a nós gaúchos, mas sim aos demais estados brasileiros e aos povos latino-americanos, onde é criada e tem nome tradicionalmente consolidado⁶. Nosso mérito foi ter ajudado a reconhecê-la oficialmente, de forma pioneira, caracterizando-a com um Padrão abrangente, que acreditamos ser aplicável e esperamos ser aceito, respeitando-se

suas variedades, dentro de sua vasta área de distribuição geográfica.

-
- ¹AVÉ-LALLEMANT, R. 1859. Reise Durch Süd-Brasilien. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia / São Paulo, EDUSP. 417p. [trad. Teodoro Cabral; Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858); Col. Reconquista do Brasil (Nova Série), 17]
- ²ECHENIQUE, S.C. 1950. A origem da ovelha no Rio Grande do Sul. Agros 3: 257-262.
- ³HENKES, L.E.; WEIMER, T.A.; FRANCO, M.H.L.P. & MORAES, J.C.F. 1993. Genetic characterization of the "Crioula Lanada" sheep from Southern Brazil. Rev. Brasil. Genet. 16: 449-455.
- ⁴HERVÉ, E. 1922. Pecuaría-Agricultura: Ensino de Agronomia e Veterinária. p.27-40. In: Costa, A.R. (ed.) O Rio Grande do Sul. Vol. 1, Porto Alegre. Ed. Globo.
- ⁵MACIA, P. 1996. Las ovejas criollas y un caso de mutacion olvidado. Bol. Karakul 80: 12-13. (Reunión de Trabajos y Comunicaciones de Ciencias Naturales y Geografía del Litoral Argentina, 1)
- ⁶MASON, I.L. 1981. Razas indígenas de ovinos y caprinos en América Latina. p.132-140. In Müller-Haye, B. & Gelman, J. (eds.) Recursos genéticos animales en América Latina. Roma, FAO (Estudio FAO: Producción y Sanidad Animal, 22)
- ⁷MOREIRA, G.R.P. 2002. Um pouco de nossa história: a fundação da ABCOC. Bol. Inf. ABCOC 1: 6.
- ⁸OSÓRIO, H. 1999. Estanciairos, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói. 315p.
- ⁹PORTO, A. 1954. História das Missões Orientais do Uruguai – Primeira Parte. 2 ed., Porto Alegre, Livraria Selbach. 462p. (Jesuítas no Sul do Brasil, 3)
- ¹⁰PÖTTER, L.C. 2003. Controle de pontuação para o Ranking da raça. Bol. Inf. ABCOC 4: 8-9.
- ¹¹SANTOS, R. 2003. A Cabra & a Ovelha no Brasil. Uberaba, Ed. Agropecuária Tropical Ltda. 479p.
- ¹²VAZ, C.M.S.L.; MOREIRA, G.R.P. & CAON, J.E.M.A. & 2003. O registro de uma raça: da ovelha crioula à homologação da raça ovina crioula. Bol. Inf. ABCOC 4: 5-8.
- ¹³VAZ, C.M.S.L.; MEDEIROS, F.P. & MOREIRA, G.R.P. 2002. Padrão racial da ovelha crioula. Bol. Inf. ABCOC 1: 2-5.
-

PROJETOS DE PESQUISA: PRODUTORES X PREDADORES

Os conflitos entre produtores e animais silvestres acontecem em todo o mundo. Nos Estados Unidos, muitos animais trazem prejuízos aos fazendeiros. Entre eles estão o lobo, o coiote, o leão-da-montanha, o lince, os ursos e alguns veados. Na Europa, são o lobo, o lince e o urso os principais animais que entram em conflito com o ser humano. No Brasil, a situação não é diferente. Aqui ocorrem conflitos entre os fazendeiros e onças-pintadas, leões-baios (pumas), jaguatiricas, graxains, iraras e até com mãos-pelada.

Da mesma maneira que existem os problemas, nestes mesmos lugares existem pessoas que estão procurando investigar as razões pelas quais os animais silvestres atacam os animais de criação. Cada local pode ter um motivo diferente para isso acontecer, e cada pesquisador procura adequar seu trabalho para a situação aonde está trabalhando. No Pantanal Mato-grossense, o problema ocorre de maneira geral, com as onças-pintadas que atacam vacas. No sul do Brasil, por não existirem mais onças-pintadas em quantidade, o problema diz respeito aos leões-baios, que atacam preferencialmente ovelhas. Em nosso caso especificamente, corresponde à uma faixa adjacente à divisa dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde a variedade Serrana de Ovelha Crioula é criada.

Em Santa Catarina existem dois trabalhos deste tipo, em fase de coleta de dados, ambos vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que visam identificar as causas destes conflitos. Um é de responsabilidade do biólogo Luiz Guilherme Marins de Sá, e a área de trabalho do projeto é o Parque Nacional de São Joaquim, em Urubici. O outro é desenvolvido pelo biólogo Marcelo Mazzolli, e a sua área de estudo é em Lages, na região da Coxilha Rica.

Os biólogos se colocam a disposição para esclarecimentos pelo seguinte endereço convencional: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Av. Bento Gonçalves 9500, prédio 43422. Cx. Postal 15007. Porto Alegre, RS 91540-000. Fone: (51) 3316 7623, Fax: (51) 3316 7626. Ou, pelos emails:

Luiz Guilherme > projetoaobaio@hotmail.com

Marcelo Mazzolli > marcelo_puma@yahoo.com